



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. Sorbone, 375, . - Centerville  
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

### **SENTENÇA**

Processo nº: **0004277-59.2013.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**  
Requerente: **Marcelo Bampa das Neves**  
Requerido: **Banco Santander Brasil Sa**  
Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### **CONCLUSÃO**

Em 10/01/2014, faço estes autos conclusos ao Dr. MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito desta 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos. Eu, \_\_\_\_\_, Escrevente, subscrevi.  
N. de Ordem: 431/13

### **VISTOS.**

**MARCELO BAMPA DAS NEVES** ajuizou a presente ação **DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c.c. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL** em face de **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**.

O requerente alega, em síntese, que seu nome permaneceu negativado nos órgãos de proteção ao crédito indevidamente por culpa da requerida. O apontamento fez referência ao contrato de financiamento quitado, antecipadamente, em 16/11/2012. Requer, pois, indenização por danos morais, que o débito seja declarado inexistente e a exclusão de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito. Juntou documentos.

A liminar foi deferida a fls. 22.

**0004277-59.2013.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centervile

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

Devidamente citado, o requerido apresentou contestação às fls. 31 e ss alegando preliminar de ilegitimidade passiva. No mérito, argumentou que era responsabilidade do autor solicitar a exclusão de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito, conforme dispõe o art. 43, § 3º, CDC. No mais, sustentou que não há que se falar em dever de indenizar, pois ausentes os elementos subjetivos indispensáveis à configuração da responsabilidade civil. Pediu a improcedência.

Sobreveio réplica às fls. 70/72.

As partes foram instadas a produzir provas e permaneceram inertes (fls. 80)

O autor apresentou memoriais às fls. 82/87. O requerido silenciou (fls. 88).

**EIS O RELATÓRIO.****DECIDO.**

Aflora incontroverso dos autos que o nome do autor permaneceu no "Sistema de Proteção ao Crédito" por ato culposo/negligente do réu.

O documento carreado as fls. 19/20 comprova a quitação integral do parcelamento da dívida.

O que importa ao desate da controvérsia é que mesmo diante da quitação, o nome do autor acabou negativado e, assim, permaneceu por pelo menos 4 meses (de 26/11/12 – fls. 29 até a data da intimação do deferimento da



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

antecipação da tutela) circunstância ilegítima.

E a razão é óbvia: havendo a satisfação do débito, não havia motivo para a permanência de qualquer restrição.

O pagamento não foi contestado pelo requerido, que veio aos autos alegando basicamente que era ônus do autor providenciar a baixa da restrição efetivada em seu nome.

Também não há dissenso sobre o seguinte fato: a restrição foi registrada por conta do não pagamento do sobredito financiamento.

Não se desconhece que o próprio autor, estando em dia com os pagamentos, poderia solicitar a exclusão do apontamento diretamente.

Ocorre que solicitações dessa natureza, além de obrigar o consumidor a percorrer verdadeiro “calvário” na grande maioria das vezes, não surtem o efeito desejado.

A obrigação da retirada é daquele que deu causa!

Por outro lado, uma vez consignada a negativação na “rede”, qualquer conveniado tem a ela acesso; destarte, pouco importa se o réu não firmou contrato nesse sentido (de divulgação de dados) com a Associação Comercial de São Carlos.

No caso, a responsabilidade do postulado é obviamente objetiva; pouco (ou nada) interessa se agiu ou não com culpa.

Nessas hipóteses mister que estejam presentes o dano, o nexo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. Sorbone, 375, . - Centerville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

e o serviço falho.

O dano sofrido pelo autor e o nexo são claros: teve seu nome negativado, mesmo sem ter dado causa.

A omissão do réu também me parece evidente.

Assim, deve arcar com o ônus da omissão e também do irresponsável agir.

\*\*\*\*\*

Em que pese a existência de ensinança contrária, tenho convicção formada de que o abalo de crédito por protesto indevido de título cambial ou mesmo “negativação” do nome do cidadão em serviço de proteção ao crédito instituído pela sociedade de consumo, quando irregulares, representam, em si dano moral, desnecessária qualquer prova específica sobre a efetiva causação do dano; em outras palavras verificadas as situações, o dano se concretiza “in re ipsa”.

Nesse sentido:

RESPONSABILIDADE CIVIL. BANCO. SPC. DANO MORAL E DANO MATERIAL. PROVA. O BANCO QUE PROMOVE A INDEVIDA INSCRIÇÃO DE DEVEDOR NO SPC E EM OUTROS BANCOS DE DADOS RESPONDE PELA REPARAÇÃO DO DANO MORAL QUE DECORRE DESSA INSCRIÇÃO. A EXIGÊNCIA DE PROVA DE DANO MORAL (EXTRAPARTRIMONIAL) SE SATISFAZ COM A DEMONSTRAÇÃO DA EXISTÊNCIA DA INSCRIÇÃO IRREGULAR. JÁ A INDENIZAÇÃO PELO DANO MATERIAL DEPENDE DE PROVA DE RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO NO SPC. DANO MORAL. O FATO DE SER



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

APONTADO INJUSTIFICADAMENTE COMO MAU PAGADOR JUNTO AO CADASTRO DO SPC É MOTIVO SUFICIENTE DA PROVA DO ILÍCITO ENSEJADOR DO DANO MORAL. EMBARGOS INFRINGENTES ACOLHIDOS. (EMBARGOS INFRINGENTES N. 598045607, PUBLICADO NO DJ DE 18/09/98) – 3º GRUPO DE CÂMARAS DO TJRS).

Também cabe aqui referência os argumentos lançados pelo emitente Des. Carlos Alberto Álvaro de Oliveira quando do julgamento da Apelação Cível nº 70003128832, do TJRS, cuja reprodução total me parece desnecessária, mas pequeno trecho é pertinente.

O DANO MORAL, COMO PRÁTICA ATENTATÓRIA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE, TRADUZ-SE NUM SENTIMENTO DE PESAR ÍNTIMO DA PESSOA OFENDIDA, CAPAZ DE GERAR-LHE ALTERAÇÕES PSÍQUICAS OU PREJUÍZOS À PARTE SOCIAL OU AFETIVA DE SEU PATRIMÔNIO MORAL. NESSAS CONDIÇÕES, TORNA-SE A MEU VER DIFÍCIL SENÃO MESMO IMPOSSÍVEL EM CERTOS CASOS A PROVA DO DANO, DE MODO QUE ME FILIO À CORRENTE QUE CONSIDERA ESTAR O DANO MORAL "IN RE IPSA", DISPENSADA A SUA DEMONSTRAÇÃO EM JUÍZO.

\*\*\*

A reparação, em casos com o examinado tem grosso modo, dupla finalidade: admonitória, para que a prática do ato abusivo não se repita e compensatória, trazendo à vítima algum conforto econômico pelas agruras experimentadas ao longo do penoso processo.

Nesse sentido Resp. 203.755/MS, DJ de 21/06/99 e Resp. 234.481/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

De todos os critérios preconizados nos pretórios, tenho que o mais viável – porque evita a adoção de fórmulas mágicas que muitas vezes podem se perder no vazio – é a aplicação do denominado "critério prudencial", referido na RT 650/63.

Assim, parece-me justo que a ré indenize a autora com quantia equivalente R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Por fim, a restrição deve ser expurgada em definitivo e o débito declarado insubsistente.

É o que fica decidido.

Mais, creio, é desnecessário, acrescentar.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR o requerido, BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, a pagar ao autor, MARCELO BAMPA DAS NEVES, o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária a contar da publicação desta, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Torno, outrossim, definitiva a antecipação da tutela concedida a fls. 22. Oficie-se.

Sucumbente, arcará o requerido com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo 10% do valor da condenação.

Consigno, desde já, que o prazo de quinze (15) dias, previstos no art. 475-J do Código de Processo Civil (com a redação dada pela Lei nº

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a fluir a partir do trânsito em julgado desta decisão, independentemente de intimação, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P.R.I.

São Carlos, 20 de janeiro de 2014.

**MILTON COUTINHO GORDO****Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**